



EMENDA ADITIVA N.º ____/2025

Art.1. Acresce o § 3º no art. 1º, no Projeto de Lei nº 400/2025 para ter o seguinte teor:

§ 3º A autorização prevista nesta Lei somente produzirá efeitos mediante apresentação à Câmara Municipal de:

I – demonstrativo detalhado da dívida previdenciária, especificando origem, competências, juros, multas e correções;

II – nota técnica atuarial do RPPS;

III – parecer do Conselho Municipal de Previdência;

IV – demonstrativo de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 113 do ADCT e dos arts. 16 e 17 da LRF.

Art.2. Acresce o § 4º no art. 1º, no Projeto de Lei nº 400/2025 para ter o seguinte teor:

§ 4º Sem a apresentação prévia dos documentos referidos no parágrafo anterior, o Município fica impedido de formalizar o parcelamento autorizado nesta Lei.

Art.3. Acresce o art. 10, no Projeto de Lei nº 400/2025 para ter o seguinte teor:

Art. 10 O descumprimento das obrigações assumidas no acordo de parcelamento de que trata esta Lei, incluindo o não repasse das contribuições previdenciárias devidas ao Fundo de Previdência Municipal, implicará a aplicação de multa pessoal ao gestor público responsável e a quem lhe der causa, nos seguintes termos:

I – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não repassada ou do montante inadimplido;

II – a multa será de natureza pessoal, não podendo ser paga com recursos públicos;

III – a responsabilidade prevista neste artigo não afasta outras sanções civis, administrativas e penais cabíveis;

IV – a aplicação da multa será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI

§1º O representante legal do Fundo de Previdência de Barra do Piraí deverá, imediatamente, notificar o Gestor Público municipal, o Tribunal de Contas competente e o Ministério Público, quanto a inadimplência das obrigações assumidas por esta lei, sob pena de responder solidariamente pelos danos causados ao erário público, inclusive em relação a multa.

§ 2º A Procuradoria Geral do Município – PGM será responsável para instaurar os procedimentos necessários quanto a aplicação da multa estabelecida no caput do artigo, não podendo os tramites processuais ultrapassar 120 (cento e vinte dias), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade competente.

§3º Sem prejuízo das instituições e órgãos de controle interno e externo, o cidadão é pessoa legítima para exigir a aplicação da multa estabelecida nesta lei.

Sala Barão do Rio Bonito, 08 de dezembro de 2025.

Wanderson Luis Barbosa Lemos
Vereador



Justificativa

Nobre Vereadores, as emendas apresentadas têm por finalidade sanar graves vícios de legalidade, transparência e responsabilidade fiscal identificados no Projeto de Lei em que dispõe quanto ao parcelamento e reparcèlement de débitos do Município pertinentes ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Ademais, busca reforçar a responsabilidade fiscal e previdenciária do gestor municipal, evitando a reincidência de atrasos nos repasses do Fundo de Previdência.

Como é sabido, a ausência desses repasses tem causado graves prejuízos financeiros e atuariais, comprometendo a sustentabilidade do regime próprio e colocando em risco o pagamento futuro das aposentadorias e pensões dos servidores.

Embora o tema seja relevante e necessário, o texto original encaminhado pelo Poder Executivo não reúne as condições mínimas exigidas pela legislação federal, pela nossa Constituição e principalmente pela Lei de Responsabilidade Fiscal para ser votado de maneira segura.

As emendas apresentadas ao Projeto de Lei busca que o Poder Executivo demonstre: a origem e a composição do débito, competências em atrasos, juros e multas aplicadas, parecer atuarial atualizado, impacto financeiro e orçamentário, uma vez que, sem estas informações, torna-se impossível que esta Casa Legislativa aprecie de forma responsável as consequências do parcelamento.

Neste sentido, Emenda Constitucional nº 109/2021, o art, 113 do ADCT e os arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal exigem que toda proposição que gere despesa obrigatória seja acompanhada de estimativa de impacto. A ausência desses documentos configura vício formal grave, razão pela qual, a emenda impõe que o Executivo apresente tais elementos antes da assinatura do termo de parcelamento, garantindo transparência, segurança jurídica e permitindo principalmente que a Câmara exerça adequadamente sua função fiscalizadora.

Noutro giro, o Projeto de Lei prevê a suspensão do parcelamento em caso de inadimplência, porém não há a responsabilização pessoal do gestor que deixar de cumprir as parcelas.

Desse modo, a emenda cria um mecanismo de responsabilização direta, instituindo multa ao agente público responsável e a comunicação automática ao Tribunal de Contas e Ministério Público, além de fortalecer o controle social quando se permite que o cidadão possa ser pessoa legítima para exigir o cumprimento das multas impostas pelo descumprimento da Lei.



Nobres Parlamentares, o intuito é garantir que a Prefeitura não atrase novamente as obrigações e que o parcelamento seja executado com seriedade e continuidade. Ao prever multa pessoal ao gestor e ao agente que lhe der causa, a emenda coíbe o uso indevido dos recursos e restringe práticas que historicamente levaram ao aumento da dívida previdenciária, garantindo novamente que esta medida esteja em consonância com os princípios da moralidade, transparência, responsabilização e proteção ao patrimônio público, previstos na Constituição e na legislação previdenciária.

Portanto, rogo pelo apoio dos nobres colegas parlamentares desta Casa de Leis, visando a aprovação das presentes emendas ao Projeto de Lei.